

## Editorial

Carla Figueiredo

Cristina C. Vieira

Luís Grosso Correia

Tiago Neves

A educação, em todas as suas formas (formal, não formal, informal, etc.), ocupa um lugar de destaque nas sociedades contemporâneas. A ela são constantemente endereçados novos desafios, novas responsabilidades, novas funções e, por essa razão, tem vindo a assumir uma posição central nas políticas nacionais e internacionais, e nos debates públicos.

Da educação é esperado um elevado nível de qualidade. Da educação se espera, não apenas a formação académica e profissional dos cidadãos, mas também uma oportunidade de desenvolvimento de competências transversais, as chamadas *softskills*, que permita aos alunos assumirem-se como elementos ativos e proativos na sociedade. Da educação é, também, esperado que constitua um espaço de experimentação e aprendizagem da cidadania e democracia, que acompanhe o desenvolvimento social e tecnológico, e que constitua uma oportunidade de diminuição de assimetrias sociais. Da educação, em todas as suas formas, se espera um acompanhamento ao longo da vida dos cidadãos, enquanto janela de oportunidade e desenvolvimento pessoal, social e profissional. A educação emerge, assim, como promotora de maior a Liberdade, de efetiva Equidade e da Emancipação de todos os que habitam o campo educativo.

A centralidade da educação nas sociedades contemporâneas reforça a importância do investimento na investigação e na produção de conhecimento nesta área. É a partir desse conhecimento científico e rigoroso que se torna possível desenhar novas alternativas, novas possibilidades e novas soluções, para situações e problemáticas já existentes ou emergentes.

O XV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, realizado em ambiente on-line entre os dias 10 e 12 de setembro de 2020, constituiu, como já vem sendo a tradição, um espaço-tempo de partilha desse **conhecimento rigoroso e valioso. Sob o tema ‘Liberdade, Equidade e Emancipação’, assistiu-se à apresentação e debate de diversas temáticas dentro do grande chapéu da Educação, por diversas vozes e sobre variados contextos. A diversidade de temáticas e focos de estudo presentes nas investigações em educação, dá conta da crescente multiplicidade de assuntos que urge explorar e discutir.**

No sentido de contribuir para a divulgação alargada do conhecimento partilhado, foi decidido organizar o presente número da Revista Investigar em Educação com textos correspondentes a algumas das comunicações

realizadas no evento. Nele estão compilados 19 dos textos que foram remetidos para a edição do Livro de Atas do Congresso. Os vários artigos foram alvo de um processo de seleção, revisão e ajustes para corresponder ao estilo da revista.

Os trabalhos publicados neste número da revista espelham a multiplicidade do campo das Ciências da Educação, abordando as problemáticas por diferentes prismas, desde a(s) profissionalidade(s) dos agentes educativos em contextos formais de educação, aos processos de regulação da educação e formação, passando pela problematização da educação enquanto espaço de interação e encontro entre gerações, e pela importância da escola e da educação ao longo da vida dos cidadãos. Ao longo dos textos é possível ter contacto com as perspetivas e perceções de diferentes sujeitos, de diversas faixas etárias e posições no campo educativo, ouvidos nos vários estudos através de uma pluralidade de metodologias e técnicas, e discutidas à luz de referenciais teóricos.

Os 19 artigos, de um total de 36 autores de instituições do ensino superior, estão organizados numa secção única, sem as habituais secções de artigos encomendados e antologia.

O primeiro artigo, de autoria de Maria das Neves Gonçalves e José Viegas Brás, versa sobre A emergência da cidadania no mar revoltoso do Liberalismo e visa mapear, a partir das publicações do período vintista (de 1820), a génese e evolução das preocupações e conceções (políticas, constitucionais e pedagógicas) em matéria de educação que concorreram para a construção da cidadania em Portugal ao longo do século XIX.

Sumaila Jaló propõe-nos, no seu texto intitulado Do ensino colonial ao ensino para a libertação – um olhar às ideologias educativas na Guiné(-Bissau), uma análise da dimensão ideológica das práticas educativas implementadas pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) desde o período de oposição ao domínio colonial português até 1986. Mobiliza, para tanto, uma metodologia essencialmente qualitativa, alicerçada na análise de diplomas legais e de manuais escolares usados antes e depois da libertação e independência da Guiné-Bissau.

As imagens nos livros didáticos: ensino de história indígena e os cânones dá título ao artigo de Taís Temporim de Almeida. Nele a autora visa debater o cânone do ensino de História no Brasil a partir do recorte imagético dedicado às populações originárias do Brasil e as lentas reformulações, com muitas inserções, mas sem debate, que se foram verificando a partir de 2008. Toma por evidência empírica duas das mais distribuídas coleções didáticas no país que denotam uma mudança no padrão disciplinar de abordagem dessas populações.

Ana Poças, Júlio Gonçalves dos Santos e José Carlos Morgado analisam A contextualização do currículo nas aulas de Língua Portuguesa: o caso de duas escolas em meio rural na Guiné-Bissau, de modo a problematizar a relação entre os saberes disciplinares e as experiências pedagógicas ou, *mutatis mutandis*, entre o conhecimento escolar, os contextos locais e o saber

feito de experiência de vida. Para tanto, entrevistaram alunos e professores do 4º ano de escolaridade e observaram aulas de língua portuguesa, a qual, apesar de língua oficial, é parcamente falada na vida quotidiana e que, por isso, arrasta consigo um cortejo de dificuldades escolares.

O quinto artigo, dedicado à Avaliação das instituições de Ensino Superior angolanas – testemunho de oito docentes e gestores, de autoria de Lando Pedro, Pedro Rodrigues e Isabel Pimenta Freire, analisa as perceções relativas ao processo de avaliação institucional. Os resultados enfatizam pontos críticos no processo de implementação das medidas públicas adotadas desde 2016, designadamente, a nível comunicacional (circulação de informação, feedback, nas escalas macro e meso-sistémicas), da univocidade dos critérios de avaliação que são mobilizados e da articulação entre os quadros normativos e regulamentares aplicáveis e os contextos socioinstitucionais.

O artigo de Ana Luísa Paz, com o título Educação artística no Estado Novo: uma biopolítica do cinema e do seu espectador pela Juventude Escolar Católica, é assumido como um ensaio exploratório sobre a Campanha de Moralização do Cinema lançada nas páginas da revista Flama, entre 1937 e 1939. A educação (informal) artística através do cinema pugnada pela JEC visava desenvolver um perfil ético e estético com uma orientação mais informada ou, a contrário, menos conformista, tal como se encontrava em marcha desde 1936, para as mesmas gerações, pela mão das mocidades portuguesas masculina e feminina patrocinadas pelo Ministério da Educação Nacional.

Ainda sob o signo de uma educação artística através da sétima arte, o artigo de João Pinto, Teresa Cardoso e Ana Isabel Soares, dedicado ao tema Plano Nacional de Cinema: uma ferramenta para promover a literacia mediática e a inclusão digital, faz uma reflexão sobre as competências digitais e sociais promovidas pelo referido plano e que concorrem para o aprofundamento das dimensões cidadã e inclusiva da educação. Apontam como conclusão a necessidade de, para uma literacia visual mais fecunda, se promoverem as competências cinematográficas através de atividades de experimentação prática das suas técnicas.

Escola e comunidade: uma experiência criativa entre Arte, Cultura e Educação, de autoria de Ana Luísa Pires, dá a lume resultados do Projecto Escolas Criativas, patrocinado pela autarquia de Lisboa no sentido de aprofundar o potencial educativo dos equipamentos artísticos e culturais da cidade e a sua maior articulação com as escolas e as comunidades locais. Os resultados alcançados apontam uma série de possibilidades pedagógicas alternativas à forma escolar dominante e colocam em evidência o espaço e sentido públicos da educação.

Olga Magano e Carlos Medinas assinam o artigo seguinte, que se debruça sobre os desafios enfrentados pelas pessoas ciganas em Portugal, ao lidarem com uma sociedade cada vez mais mediatizada e digital. Os autores recorrem a dados de várias fontes, nomeadamente, bibliografia nacional e

internacional e resultados de alguns projetos de investigação recentes, para chamar a atenção das instituições educativas e das políticas públicas, para a necessidade de terem em atenção a premência de se promover o sucesso escolar e a literacia funcional destes cidadãos e cidadãs, que continuam a ser caracterizados por fatores interseccionais de desvantagem e desigualdade.

As questões da literacia mediática e inclusão surgem-nos no artigo da autoria de João Pinto e Teresa Cardoso, que apresentam alguns resultados do projeto **“REviver na Rede”**. Trata-se de um exemplo prático de como as redes digitais, como o Facebook, podem constituir espaços de aprendizagem do uso das tecnologias e do desenvolvimento da autonomia crítica para lidar com a informação, seja qual for a idade das pessoas envolvidas. As redes sociais são ainda vistas com potencial para a aquisição de conhecimentos e para a consolidação de valores positivos associados ao exercício da cidadania.

Numa temática claramente vinculada à preservação da memória histórica e à promoção da sustentabilidade das comunidades, surge-nos o artigo de Marta Torres, João Correia de Freitas e Mónica Mesquita. A cocriação de um Museu Virtual que visou a disseminação dos saberes culturais de pescadores é apresentada pelos autores como uma proposta curricular inovadora e intercultural, que envolveu estudantes pertencentes a comunidades piscatórias. São deixadas sugestões para uma melhor articulação dos conhecimentos formais, que a escola transmite, com os saberes informais, tendo em vista a realização, por parte das gerações mais novas, de aprendizagens mais significativas e enquadradas na realidade vivida.

Elisabete Peixoto, Luís Pedro e Rui Vieira apresentam-nos o artigo seguinte, que envolve a aplicação do *transmedia storytelling* no ensino das geociências. Os autores descrevem o resultado de um estudo qualitativo com recurso a uma metodologia aplicada (conceção, implementação e avaliação), que foi feito com alunos do 3º ciclo do ensino básico, para promover a compreensão da utilização que o ser humano faz das rochas no quotidiano, segundo uma perspetiva Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS). As conclusões apontam para a importância da diversificação dos recursos educativos no âmbito do ensino das ciências naturais, de forma a torná-los mais atrativos e a incorporar dispositivos digitais com os quais os alunos estão cada vez mais familiarizados.

Rita Monteiro, Sandra Fernandes e Nuno Rocha deram voz a cinco educadoras de infância, para compreender a sua perceção sobre o desenvolvimento linguístico das crianças dos 3 aos 6 anos na era digital. Através de um estudo qualitativo que recorreu a entrevistas semiestruturadas, os autores quiseram entender a perspetiva das profissionais entrevistadas sobre os efeitos percebidos, da exposição às novas tecnologias pelas crianças em idade pré-escolar, no desenvolvimento da linguagem expressiva, nas componentes da semântica e da morfossintaxe. As conclusões deixam algumas inquietações sobre as alterações observadas nas crianças, nos últimos anos, nos hábitos de brincar, na exibição de

comportamentos e na própria linguagem, eventualmente associadas à exposição massiva às tecnologias. O artigo termina com a discussão, que se mantém em aberto, sobre o eventual potencial educativo do uso das tecnologias em contextos de pré-escolaridade.

A intervenção socioeducativa perspectivada como intervenção social mediadora foi o tema do artigo da autoria de Ana Maria Vieira e de Ricardo Vieira. Os autores criticam o foco meramente ortopédico e resolutivo das ações habitualmente levadas a efeito para resolver os problemas sociais, defendendo que o trabalho social comporta respostas em nada coincidentes com a ideia de ter de **se chegar 'ao fim da linha'**. **Apresentam a mediação** intercultural e socioeducativa em contexto diversos, incluindo o escolar, como abordagens com potencial para a emancipação das pessoas e grupos, bem como para o desenvolvimento social e comunitário, tendo por base processos educativos com efeitos positivos, que perduram no tempo e na vida das pessoas envolvidas.

O artigo seguinte é também assinado por Ana Maria Vieira, e aborda as questões das semelhanças e das diferenças culturais do corpo discente que habita as escolas. Tais características devem ser celebradas e valorizadas com base em práticas de intervenção e de educação mediadoras. A autora debate a premência de se ultrapassar uma visão da escola e da educação, em sentido lato, como monocultural e tendencialmente homogeneizadora. Em alternativa, defende o poder de mediação da educação e das práticas educativas, tendo em vista a emancipação e a autonomização de crianças e jovens, que têm o direito de pertencer a uma escola que respeite e valorize as duas diversidades culturais.

Daniela Mota e Nuno Fraga apresentam-nos um texto que tem como título O Conselho Municipal de Educação e a descentralização educativa. No quadro geral dos processos de valorização do local e de descentralização dos sistemas educativos, este artigo, assente num estudo de caso realizado em Óbidos, procura explicitar como é que o Conselho Municipal de Educação amplia a descentralização educativa em curso sem que isso signifique, no entanto, uma aniquilação do poder central.

Filomena Machado e Susana Batista, num outro estudo de caso, também se concentram sobre a questão do local no seu artigo intitulado Emancipando o local? Reflexões sobre as possibilidades e limites do planeamento educativo à escala municipal a partir de um estudo de caso. Especificamente, analisam as potencialidades e limites do Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM) no concelho de Alvito enquanto processo de instrumentação da ação pública, examinando simultaneamente as relações entre atores locais e entre estes e os especialistas.

Embora também se centre sobre um processo de reconfiguração da intervenção do Estado na educação, o artigo de Samira Ortet foca A ação de acompanhamento da Inspeção-Geral de Educação e Ciência num contexto de escola TEIP. Recorrendo a métodos naturalistas e à pesquisa em arquivos, a

autora revela a natureza híbrida da ação do Estado, que procede tanto numa lógica de *soft regulation* quanto de *hard regulation*.

Por fim, José Hipólito analisa A regulação judicial-financeira dos contratos de autonomia: a auditoria do Tribunal de Contas. Tomando a sociologia da ação pública e a teoria da regulação social como bases teóricas, o autor explora – com recurso a análise documental – o modo como as racionalidades judicial e financeira se inscrevem na regulação das políticas educativas. Também aqui está em causa a reconfiguração da intervenção do Estado na educação, neste caso através da introdução de processos de *accountability* na ação pública.